

**HABEAS CORPUS Nº 453.989 - SP (2018/0139586-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DANIEL DURVAULT ROITBERG - RJ168348  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOHNNY DOS ANJOS RIBEIRO  
**PACIENTE** : THIAGO RODRIGO DA SILVA BELO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO. CRIME ÚNICO. NÃO OCORRÊNCIA. USO DE ARMA BRANCA (FACA). *NOVATIO LEGIS IN MELLIUS*. LEI N. 13.654/2018. EXCLUSÃO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA.

Ordem parcialmente concedida nos termos do dispositivo.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Johnny dos Anjos Ribeiro e Thiago Rodrigo da Silva Belo**, contra acórdão do Tribunal de Justiça São Paulo, nos autos da Apelação n.º 0001247-89.2016.8.26.0540.

Consta dos autos que os pacientes foram condenados, como incurso no art. 157, § 2º, I e II, c.c. art. 70, *caput*, todos do Código Penal, às penas de: Thiago 06 anos e 05 meses de reclusão, em regime semiaberto, além do pagamento de 15 dias-multa e Johnny 07 anos, 05 meses e 25 dias de reclusão, em regime fechado, além do pagamento de 17 dias-multa (fls. -26/36 - Processo n. 000124-89.2016.8.26.0540).

A defesa, então, recorreu, tendo o Tribunal de Justiça dado parcial provimento ao recurso para afastar o aumento na primeira fase da dosimetria, redimensionando as penas dos paciente (fls. 18/25 - Apelação criminal n. 000124-89.2016.8.26.0540).

Neste *writ*, a impetrante alega, em suma: a) o reconhecimento do crime único; b) retroatividade e aplicação imediata da Lei n.º 13.654/2018, que excluiu a arma branca como hipótese majorante do crime de roubo; e c) violação da Súmula n.º 443/STJ.

Requer a concessão da ordem *para que haja a exclusão da causa de aumento referente ao emprego de arma, bem como a redução da fração de aumento decorrente da presença de causa de aumento para o mínimo legal, além do reconhecimento do crime único* (fl. 17).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal emitiu parecer pelo não conhecimento do *writ* e, caso conhecido, pela sua concessão, nos termos da seguinte ementa (fl. 55):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. DESVIRTUAMENTO DO SISTEMA CONSTITUCIONAL DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS. PACIENTE CONDENADO PELA PRÁTICA DO CRIME DE ROUBO MAJORADO. CRIME PRATICADO MEDIANTE O USO DE ARMA BRANCA (FACA). CAUSA DE AUMENTO DE PENA REFERENTE AO EMPREGO DE ARMA. MATÉRIA NÃO ANALISADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NOVATIO LEGIS IN MELLIUS. EXCLUSÃO DA MAJORANTE. EXASPERAÇÃO DA PENA, NA TERCEIRA ETAPA DA DOSIMETRIA, EM FRAÇÃO SUPERIOR À MÍNIMA. AUSÊNCIA DE CONCRETA FUNDAMENTAÇÃO. SIMPLES REFERÊNCIA AO NÚMERO DE CAUSAS DE AUMENTO. ILEGITIMIDADE DA MAJORAÇÃO.

ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA SÚMULA Nº 443/STJ. COAÇÃO ILEGAL CARACTERIZADA. PRECEDENTES. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT E, CASO CONHECIDO, PELA SUA CONCESSÃO.

É o relatório.

A ordem comporta concessão em parte.

Quanto ao reconhecimento de crime único, destacou o Tribunal de Justiça que (fl. 23):

[...]

Quanto à tese de crime único, deve ser afastada. O crime de roubo não especifica a ocorrência de crime único ou não. Para isso, o legislador criou artigo a parte. De outro lado, a conduta criminosa descrita encaminha a ocorrência do concurso formal, pois duas foram as vítimas com patrimônios distintos.

[...]

Com efeito, não prospera o pleito de reconhecimento de crime

único, pois os pacientes praticaram os crimes de roubo contra vítimas diferentes, e *é assente neste Tribunal Superior que, praticado o crime de roubo mediante uma só ação, contra vítimas diferentes, não há se falar em crime único, mas sim em concurso formal, visto que violados patrimônios distintos* (HC n. 425.605/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 5/4/2018).

A corroborar:

PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E EXTORSÃO. DOSIMETRIA. MAUS ANTECEDENTES E REINCIDÊNCIA. *BIS IN IDEM* NÃO EVIDENCIADO. **PLEITO DE RECONHECIMENTO DE CRIME ÚNICO. OFENSA A PATRIMÔNIOS DISTINTOS.** REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ROUBO E EXTORSÃO. CONTINUIDADE DELITIVA INAPLICÁVEL. CRIMES DE ESPÉCIES DISTINTAS. PRESENÇA DE TRÊS CAUSAS DE AUMENTO. MAJORAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO CONCRETA. OFENSA À SÚMULA 443/STJ. *WRIT* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

4. **Conforme a iterativa jurisprudência desta Corte, não há que se falar em crime único quando, num mesmo contexto fático, são subtraídos bens pertencentes a vítimas distintas, caracterizando concurso formal, por terem sido atingidos patrimônios diversos, nos moldes do art. 70 do Código Penal.**

[...]

9. *Writ* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de reduzir a reprimenda imposta ao paciente a 20 anos, 4 meses e 29 dias de reclusão, além de 38 dias-multa.

(HC n. 435.792/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 30/5/2018 – grifo nosso).

Contudo, a respeito do afastamento da causa especial de aumento de pena do crime de roubo, na terceira fase da dosimetria, consistente no emprego de arma, em razão do advento da Lei n. 13.654/2018, que deixou de considerar o emprego de arma branca como majorante do crime de roubo, observa-se que, *em havendo a superveniência de novatio legis in melius, ou seja, sendo a nova lei mais benéfica, de rigor que retroaja para beneficiar o réu* (art. 5º, XL, da CF/88) – (AREsp n. 1.249.427/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura,

Sexta Turma, DJe 28/6/2018).

Dito isso, passo ao redimensionamento da pena. Afastado o aumento da primeira fase, para o paciente Johnny permanece a compensação entre a confissão e a reincidência; aumento pelas qualificadoras em 1/6 e aumento de 1/6 pelo concurso formal, resultando ao final as penas de 5 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão.

Em relação ao paciente Thiago na segunda fase a pena não pode ser reduzida aquém do mínimo legal, com o aumento pelas qualificadoras em 1/6 e aumento de 1/6 pelo concurso formal, resultando ao final as penas de 5 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão.

Mantenho os regimes fechado (Johnny) e semiaberto (Thiago) respectivamente, eis que devidamente fundamentados pelo Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **concedo parcialmente** a ordem para afastar a causa especial de aumento de pena do crime de roubo, consistente no emprego de arma branca, redimensionando a pena nos termos acima expostos.

Intime-se o Ministério Público Estadual desta decisão.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator